

GÊNERO

“Se deixarmos a menina escolher os brinquedos, ela escolherá certamente miniaturas de utensílios de cozinha e de casa. É um instinto natural, o pressentimento de um dever

que a mulher terá de cumprir. A mulher deve alimentar o homem”. O trecho acima, pinçado pela professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Jane Felipe no artigo ‘Infância, Gênero e Sexualidade’, foi retirado de um livro publicado em 1859 intitulado ‘A mulher’. Nele, o filósofo francês Jules Michelet defende uma educação diferenciada em função dos sexos com base na concepção de que homens e mulheres possuíam “naturezas” ou “essências” distintas.

Ao longo dos mais de 150 anos que separam o livro de Michelet dos dias de hoje, transformações de várias ordens – muitas delas fruto da organização e mobilização das mulheres na luta por direitos – contribuíram para questionar inúmeros pressupostos daqueles que procuravam atribuir papéis sociais distintos a homens e mulheres com base na “natureza”, legitimando a desigualdade entre os sexos. O direito ao voto pelas mulheres, sua entrada massiva no mercado de trabalho e a conquista de iniciativas e leis que garantissem o direito a creche para os filhos foram apenas algumas das transformações que ajudaram a desnaturalizar a ideia de que servir ao homem era “destino” da mulher.

Gênero como construção social

É por volta dos anos 1960, principalmente a partir do trabalho de teóricas ligadas à chamada segunda onda feminista nos Estados Unidos e Europa, que entra em cena um conceito que vai alçar essa discussão a um novo patamar. “O conceito de gênero problematiza a ideia de natureza que era muitas vezes utilizada para justificar as desigualdades entre homens e mulheres. Quando falamos de gênero estamos dizendo sobre as construções sociais, históricas, culturais em torno dos comportamentos de masculinidade e feminilidade, mostrando que esses comportamentos podem variar de acordo com o tempo histórico, de acordo com a cultura na qual o sujeito está inserido”, explica Jane Felipe, em entrevista à Poli.

Para Berenice Bento, professora da Universidade de Brasília (UnB), essa questão se complexifica no momento em que a chamada teoria *queer*, a partir da década de 1980, se volta mais detidamente para o estudo do que efetivamente significa ser homem ou mulher e também para as identidades sexuais até então consideradas “desviantes”, em um contexto de ascensão das lutas dos movimentos LGBT. “Essa é uma discussão que passa a acontecer mais recentemente a partir de uma obra fundante, que é o livro ‘Problema de gênero’, da Judith Butler”, diz Berenice, fazendo menção à socióloga feminista norte-americana que recentemente visitou o Brasil para um ciclo de palestras e foi alvo de protestos de grupos conservadores contrários às suas ideias. “Os estudos *queer* se perguntam o que é homem e o que é mulher. Esse questionamento é provocado principalmente por uma experiência identitária que coloca em xeque a ideia de natureza feminina e natureza masculina, que são as experiências trans”, destaca a professora da UnB.

É nas experiências das identidades trans, complementa Berenice, que se radicaliza o caráter do gênero como uma construção social. Segundo a professora da UnB, elas colocam de maneira clara a cisão entre os chamados *papéis sociais de gênero* – ou seja, o conjunto de comportamentos associados com o feminino e com o masculino, construídos cultural e historicamente – e a *identidade de gênero*, que se refere ao gênero com o qual cada pessoa se identifica, que pode ou não estar em sintonia com o gênero que é associado ao sexo biológico. “Na década de 1980, a Roberta Close foi considerada a mulher mais bonita do Brasil. Ela consegue performatizar socialmente, se apropriar dos signos corporais e culturais definidos como femininos e passa então a ser reconhecida como mulher. O que eu estou dizendo é que os atributos masculinos e femininos não estão inscritos nos

cromossomos, na diferença sexual”, exemplifica Berenice.

Ação e reação

Conflitos recentes que vêm se desenrolando no cenário político nacional colocam essa disputa em torno das concepções de gênero de maneira muito clara. Uma delas diz respeito à oposição de setores conservadores que se valem de um discurso religioso para denunciar o que chamam de “ideologia de gênero”. Exemplo recente foi a campanha bem-sucedida pela retirada das menções a gênero do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que deve orientar os currículos das escolas de educação infantil e ensino fundamental de todo o Brasil. O cardeal Dom Orani Tempesta, arcebispo metropolitano do Rio de Janeiro, foi um dos que se mobilizou em torno desta pauta e, em um artigo publicado em novembro de 2017 no *Jornal do Brasil*, defendeu a retirada da “ideologia de gênero” do texto da BNCC com argumentos que remetem às ideias defendidas por Jules Michelet 150 anos atrás. “Essa teoria faz parte de um conjunto maior de ideias que se destinam a desconstruir a sociedade atual em vista de uma anarquia geral. [...] segundo a ideologia de gênero, não é a natureza, mas a sociedade quem vai impondo ao homem ou à mulher certos comportamentos típicos. Desse modo, se a menina prefere brincar de casinha ou aconchegar a boneca isso não se deveria ao seu instinto natural à maternidade, mas tão somente a uma convenção social dominante [...] Vê-se, portanto, de modo muito claro, que a referida Ideologia é contra Deus”, defendeu o arcebispo.

Para Jane Felipe, o crescimento dos grupos contrários ao que chamam pejorativamente de “ideologia de gênero” reflete a reação de parcelas conservadoras que veem na mobilização política por parte dos movimentos feminista e LGBT uma ameaça às estruturas de instituições como a Igreja Católica. “Não existe ‘ideologia de gênero’. O que existe é um pânico moral por parte de grupos conservadores ligados à

Igreja Católica em relação às conquistas das mulheres, dos homossexuais, dos transexuais”, aponta a professora da UFRGS.

Segundo ela, parte das críticas origina-se de uma confusão entre gênero e sexualidade. “São coisas diferentes. Quando a gente fala de gênero, a gente está falando das expectativas sociais, históricas e culturais em torno das masculinidades e das feminilidades. Essa expectativa, por exemplo, tem a ver com essa ideia de que as meninas são naturalmente mais meigas, os meninos são naturalmente mais agressivos. No entanto, as pessoas não percebem o quanto a gente educa meninas e meninos para terem determinado tipo de comportamento. Já as orientações sexuais têm a ver simplesmente com a forma pela qual eu oriento meu desejo afetivo sexual: se eu direciono meu desejo para uma pessoa do outro sexo, se diz que o sujeito é heterossexual, se eu oriento meu desejo afetivo sexual por uma pessoa do mesmo sexo, eu sou homossexual, ou gay ou lésbica; se para ambos, bissexual, etc”, explica. Jane acrescenta ainda que falar de gênero na escola não se trata de “incentivar” a homossexualidade dos estudantes, como frequentemente acusam os grupos contrários a essa discussão. “Ao fim e ao cabo, é disso que se trata esse pânico. Mas a gente não pode deixar a critério apenas do professor de biologia discutir esses temas, porque eles são do campo cultural também”, destaca. E completa: “As estatísticas mostram claramente o quanto é importante discutir essas questões: os altos índices de HIV e de doenças sexualmente transmissíveis no Brasil; as estatísticas em torno do feminicídio, de homicídios de homossexuais e travestis; as mulheres ganham menos do que os homens, exercendo a mesma função; o assédio sexual no trabalho ou nas escolas, nas universidades, que os próprios jovens têm se mobilizado para discutir. São todos temas fundamentais”, defende.

Contraofensiva conservadora no seio da Igreja Católica

No artigo ‘Ideologia de gênero’: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo’, Richard Miskolci e Maximiliano Campana, professores da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) e da Universidade Nacional de Córdoba, respectivamente, explicam que as ideias que sustentam a existência de uma “ideologia de gênero” constituíram parte de uma contraofensiva do Vaticano à Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, de 1995, que colocou a categoria “gênero” no centro dos debates em torno do papel da mulher, reconhecendo que a desigualdade entre homens e mulheres é um problema estrutural e só pode ser abordado de uma perspectiva integral de gênero.

Mas é somente em 2007 que o termo “ideologia de gênero” aparece em um documento oficial da Igreja Católica, no que ficou conhecido como ‘Documento de Aparecida’. Ali fica clara a preocupação da Igreja com as demandas de cidadania pelos homossexuais e por direitos reprodutivos e sexuais por parte das feministas. “Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família”, diz o texto.

“Ideologia de gênero” no Brasil

É na esteira de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que o enfrentamento dos setores conservadores àquilo que identificam como “ideologia de gênero” ganha corpo, segundo Miskolci e Campana. Em 2011, o STF reconheceu que a união entre pessoas do mesmo sexo tinha o mesmo *status* do casamento heterossexual. No mesmo mês da decisão, a polêmica em torno do material didático do programa ‘Escola sem homofobia’, apelidado pelos seus críticos de “kit

gay”, ganhou notoriedade nacional. A distribuição do material acabou sendo vetada pela então presidente Dilma Rousseff em meio à oposição principalmente da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso. Desde então, a “ideologia de gênero” tem aparecido com destaque nas falas de grupos conservadores que vêm se mobilizando de maneira acentuada na educação, como o Escola sem Partido, por exemplo. E esses grupos vêm obtendo vitórias importantes, como a própria exclusão do gênero do texto da BNCC e também das menções à desigualdade de gênero dos Planos estaduais e municipais de educação. Segundo levantamento da iniciativa ‘De olho nos Planos’, dos 25 estados que haviam sancionado seus planos de educação até julho de 2016, 12 não fizeram referência à igualdade de gênero.

“Gênero - e identidade de gênero mais especificamente - tornou-se uma palavra maldita”, destaca a professora da UnB Berenice Bento. “No contexto atual gênero passou a ser tomado por setores conservadores como o ‘inimigo’ a ser combatido. São setores que se utilizam do pânico, do medo da desarticulação da família, dos valores tradicionais”, completa Berenice. Para ela, os retrocessos são muito preocupantes, mas não anulam os acúmulos obtidos pelos movimentos feministas e LGBT na visibilização das temáticas de gênero e sexualidade ao longo dos últimos anos. “Não foi a partir da entrada de [temas como] identidade de gênero, diversidade sexual e sexualidade nos planos de educação que começamos a discutir isso nas escolas, foi um movimento inverso. Eu vejo um ótimo nível de avanços que acho impossível voltar. Tem transexual que está na universidade, que é professor universitário. Você está vendo essas pessoas. Como se vai proibir a discussão? Está até na novela da Globo”, conclui. ○